

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 46/XII/ 1.ª SL

Aos 25 dias do mês de janeiro de 2012, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 11 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 45/XII (reunião de 17 de janeiro de 2012);
2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo aos serviços de assistência em escala nos aeroportos da União e que revoga a Diretiva 96/67/CE do Conselho [COM(2011)824] - Relator: Deputado Bruno Dias (PCP);
3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece a posição a adotar pela União Europeia no âmbito da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) no que diz respeito ao pedido de concessão de uma derrogação a fim de dar tratamento preferencial aos serviços e prestadores de serviços dos países menos desenvolvidos COM(2011)871 - Relator: Fernando Serrasqueiro (PS);
4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo ao Programa de Investigação e Formação da Comunidade Europeia da Energia Atómica (2014-2018) que complementa o Horizonte 2020 - Programa-Quadro de Investigação e Inovação COM(2011)812 - Relator: Deputado Nuno Matias (PSD);
5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO sobre a adesão da UE ao Comité Consultivo Internacional do Algodão (CCIA) COM(2011)861 Relator: Deputado Fernando Jesus (PS);
6. Apresentação e discussão dos Projetos de Resolução n.º 172/XII/1.ª (CDS-PP) – Recomenda ao Governo que pondere a decisão de desativação da Linha do Vouga com base na sua viabilidade; e n.º 178/XII/1.ª (PS) – Não encerramento da Linha do Vouga;
7. Votação dos requerimentos, apresentados pelo PS, para audição do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os Coordenadores dos Grupos de Trabalho para a revisão das redes de transportes públicos na área metropolitana de Lisboa e no Porto, com vista à apresentação e discussão dos respetivos relatórios finais apresentados ao Governo;
8. Fixação da redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 134/XII/1.ª (PSD, CDS-PP) – Recomenda ao Governo a alteração de normas do Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de Maio;
9. Petição n.º 79/XII/1.ª – Solicitam que na A33/IC32 seja instituída isenção de portagem entre Casas Velhas e a futura rotunda da Quinta da Queimada; Apreciação e votação da nota de admissibilidade e nomeação de relator (cabe ao CDS-PP);

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 46/XII/ 1.ª SL

10. Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo PCP, para audição do Senhor Secretário de Estado da Energia sobre preços dos combustíveis líquidos, o negócio EDP/Continente-SONAE e a privatização da REN;
11. Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo PS, para audição do Conselho de Administração dos CTT – Correios de Portugal, S.A., no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 35/XII/1.ª (GOV) – Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2008/6/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Fevereiro de 2008;
12. Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo PS, para audição do Senhor Secretário de Estado da Energia e do Senhor Presidente da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, sobre as tarifas de eletricidade;
13. Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo PCP, para audição sobre as alterações nas redes de transportes públicos nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto;
14. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação da ata n.º 45/XII (reunião de 17 de janeiro de 2012);

Depois de lida, foi a ata n.º 45/XII/1ª aprovada por unanimidade, registando-se as ausências dos GP do BE e PEV.

2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo aos serviços de assistência em escala nos aeroportos da União e que revoga a Diretiva 96/67/CE do Conselho COM(2011)824 - Relator: Deputado Bruno Dias (PCP);

Pelo Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), foi apresentado de forma sucinta o parecer sobre a COM(2011)824.

Usou da palavra o Senhor Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD) para cumprimentar o autor esforço feito relativamente a uma matéria muito importante, numa área que carece de regulamentação como é o caso dos transportes, e informar que o GP do PSD votaria favoravelmente o Parecer, uma vez que a parte destinada à opinião do relator não é submetida a votação.

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) saudou o contributo do Relator e confirmou que os elevados níveis de exigência são sempre atingidos, quando se trata de pareceres elaborados pelo Senhor Deputado Bruno Dias (PCP). Manifestou uma posição contrária à assumida pelo GP PSD, considerando que o que é necessário, é incentivar a concorrência para aumentar os níveis de eficiência e reduzir a regulação, para garantir a sustentabilidade do sistema.

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 46/XII/ 1.ª SL

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se as ausências dos GP do BE e PEV.

- 3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece a posição a adotar pela União Europeia no âmbito da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) no que diz respeito ao pedido de concessão de uma derrogação a fim de dar tratamento preferencial aos serviços e prestadores de serviços dos países menos desenvolvidos COM(2011)871 - Relator: Fernando Serrasqueiro (PS);**

O Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) apresentou sucintamente o parecer sobre a COM(2011)871.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) manifestou o seu agrado pelo Parecer apresentado e informou que o GP do PSD votaria favoravelmente o documento.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP, abstenção do PCP, na ausência dos GP do BE e PEV.

- 4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo ao Programa de Investigação e Formação da Comunidade Europeia da Energia Atómica (2014-2018) que complementa o Horizonte 2020 - Programa-Quadro de Investigação e Inovação COM(2011)812 - Relator: Deputado Nuno Matias (PSD);**

Pelo Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) foi apresentado de forma sucinta o parecer sobre a COM(2011)812.

Usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Campos (PS) para se associar à posição defendida pelo Relator.

O Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP) manifestou a sua concordância com o Parecer e informou que iria continuar a seguir com atenção este tipo de matérias.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se as ausências dos GP do BE e PEV.

- 5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO sobre a adesão da UE ao Comité Consultivo Internacional do Algodão (CCIA) COM(2011)861 - Relator: Deputado Fernando Jesus (PS);**

Pelo Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) foi apresentado de forma sucinta o parecer sobre a COM(2011)861.

O Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) saudou o Relator pelo trabalho realizado.

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 46/XII/ 1.ª SL

Submetido à votação, foi o parecer aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP, o voto contra do PCP, registando-se as ausências dos GP do BE e PEV.

- 6. Apresentação e discussão dos Projetos de Resolução n.º 172/XII/1.ª (CDS-PP) – Recomenda ao Governo que pondere a decisão de desativação da Linha do Vouga com base na sua viabilidade; e n.º 178/XII/1.ª (PS) – Não encerramento da Linha do Vouga;**

Os Grupos Parlamentares do CDS-PP e do PS prescindiram da discussão dos Projetos de Resolução que subscreveram, por considerarem que a matéria a que ambas as iniciativas respeitam, já tinha sido amplamente debatidas em sede da Comissão, aquando da discussão dos PJR n.ºs 131/XII/1.ª, 150/XII/1ª e 154/XII/1.ª que versam a mesma temática.

- 7. Votação dos requerimentos, apresentados pelo PS, para audição do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os Coordenadores dos Grupos de Trabalho para a revisão das redes de transportes públicos na área metropolitana de Lisboa e no Porto, com vista à apresentação e discussão dos respetivos relatórios finais apresentados ao Governo;**

Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo PCP, para audição sobre as alterações nas redes de transportes públicos nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto;

Por consenso de todos os GP presentes, procedeu-se à discussão em conjunto dos pontos 7. e 13. da ordem do dia, por tratarem de matéria conexas.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) considerou dispensáveis novos argumentos, tendo em atenção que a matéria já tinha sido devidamente discutida na última reunião e acrescentou apenas que, com o agravamento da situação dos transportes, cada vez se justifica mais a audição do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho para a revisão das redes de transportes públicos na área metropolitana de Lisboa e no Porto. Informou que o GP PS viabilizaria o requerimento apresentado pelo PCP, GP que aliás já tinha anteriormente apresentado um requerimento semelhante.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) explicou que o GP PCP necessita de ter acesso aos relatórios completos elaborados pelos GT que foram criados pelo Governo para a revisão das redes de transportes públicos na área metropolitana de Lisboa e no Porto e a outra documentação complementar, já que o Governo apenas remeteu parte da informação. Sublinhou que esta era a terceira vez que o PCP apresentava um requerimento nesse sentido.

O Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) informou que o seu GP tinha uma opinião diversa da defendida pelo PS e pelo PCP quanto à vinda dos Coordenadores dos referidos GT e considerou necessária apenas a audição do Senhor Secretário de Estado Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para dar conta das opções tomadas pelo Governo face aos Relatórios dos referidos GT. Acrescentou que ainda assim, não se oporia à vinda do

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 46/XII/ 1.ª SL

Coordenadores dos GT, caso o GP PS insistisse nessa pretensão e, nesse caso, propunha que tal acontecesse antes da audição do Senhor Secretário de Estado. Manifestou a sua discordância quanto ao objeto do requerimento apresentado pelo PCP, por considerar existirem outros mecanismos para promover as audições pretendidas.

O Senhor Deputado Helder Amaral (CDS) referiu que não tinha uma posição muito diferente do PSD e acrescentou que não considerava ser necessário obter documentação adicional por parte do Governo.

Em resposta à questão colocada pelo GP PSD o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) assegurou que pretendia manter o seu requerimento inalterado e que a metodologia a utilizar para as audições passaria pela audição conjunta aos Coordenadores do GT nomeados pelo Governo, tendo em conta que o Coordenador é o mesmo e, posteriormente, ainda no mesmo dia se possível, pela audição do Senhor Secretário de Estado.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) solicitou a autonomização do ponto 2.4 do requerimento apresentado pelo seu GP para poder ser votado em conjunto com o requerimento do apresentado pelo GP PS, não tendo a sua proposta merecido o acolhimento dos GP PSD e CDS-PP.

Assim foi votado em primeiro lugar o Requerimento apresentado pelo PS, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do BE e PEV;

O Requerimento apresentado pelo PCP foi rejeitado com votos contra PSD e CDS-PP, votos a favor PCP e PS, registando-se a ausência dos GP do BE e do PEV.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou a seguinte declaração sobre o seu sentido de voto no Requerimento do GP PS: O PCP votou favoravelmente do requerimento do PS apesar de considerar estranha a opção tomada pela Comissão de, por decisão de voto da maioria, inviabilizar o requerimento do PCP dado que era a terceira vez que apresentava requerimentos para audição do Governo sobre a matéria em discussão.

O Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) esclareceu que a Comissão estará aberta para ouvir quem quer que seja, não necessariamente nesta sede formal, podendo para isso utilizar outros canais à sua disposição.

Por seu turno, o Senhor Deputado Helder Amaral esclareceu que o GP CDS-PP nunca se opôs à vinda do Senhor Secretário de Estado mas que o requerimento apresentado pelo PCP acabou por ficar prejudicado, face à aprovação do requerimento do PS, que entrou em primeiro lugar.

8. Fixação da redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 134/XII/1.ª (PSD, CDS-PP) – Recomenda ao Governo a alteração de normas do Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de Maio;

Foi aprovada por unanimidade, na ausência dos GP do BE e do PEV, a proposta de redação final do PJR n.º 134/XII/1ª.

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 46/XII/ 1.ª SL

9. **Petição n.º 79/XII/1.ª – Solicitam que na A33/IC32 seja instituída isenção de portagem entre Casas Velhas e a futura rotunda da Quinta da Queimada; Apreciação e votação da nota de admissibilidade; Nomeação de relator (cabe ao CDS-PP);**

A Petição foi admitida por unanimidade, registando-se as ausências dos GP do BE e do PEV, tendo sido indicado Relator o Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP).

10. **Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo PCP, para audição do Senhor Secretário de Estado da Energia sobre preços dos combustíveis líquidos, o negócio EDP/Continente-SONAE e a privatização da REN;**

Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo PS, para audição do Senhor Secretário de Estado da Energia e do Senhor Presidente da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, sobre as tarifas de eletricidade;

Por solicitação do PS e por consenso, foi feita discussão conjunta dos requerimentos apresentados pelo GP do PCP e pelo GP PS, para audição do Senhor Secretário de Estado da Energia (pontos 10 e 12 da ordem do dia). A votação foi realizada em separado.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) apresentou sucintamente o Requerimento apresentado pelo seu GP.

O Senhor Deputado Nuno Maias (PSD) foi de opinião que cada audição deverá servir para debater um tema em concreto e não um conjunto de assuntos tão diversos como preços dos combustíveis líquidos, o negócio EDP/Continente-SONAE ou a privatização da REN e sugeriu que o GP do PCP recolhesse as informações que necessita sobre essas matérias, de forma mais objetiva e de acordo com o RAR, no Grupo de Trabalho - Audiências.

Já a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) considerou pertinente o requerimento do GP do PCP, por entender que a Comissão deverá debater com o Governo um conjunto de temas diversificados e que as questões energéticas são fundamentais face à pressão dos preços da energia e que são centrais na nossa economia, justificando assim a sua intenção de votar favoravelmente aquele requerimento.

A Senhora Deputada Hortense Martins (PS) fez uma breve apresentação dos motivos que levaram o seu GP a apresentar também um requerimento para a audição do Senhor Secretário de Estado da Energia, após o que se pronunciou sobre o que foi subscrito GP PCP, para informar que o PS pretendia viabilizá-lo e que acompanhava algumas das justificações anteriormente dadas pelo BE, acrescentando que esta Comissão tem uma abrangência de temas tal, que justifica tantas audições quantas necessárias para assuntos tão importantes e atuais. Em seguida referiu-se ao Requerimento que o GP do PS apresentou para lembrar que em anteriores audições na Comissão, o Senhor Secretário de Estado esteve duas vezes seguidas, no mesmo dia, nesta Comissão, para debater assuntos diferentes.

O Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) aproveitou para recordar que o Senhor Secretário de Estado da Energia já foi ouvido na Comissão em Dezembro de 2011, para debater os assuntos

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 46/XII/ 1.ª SL

que agora constam do requerimento do PCP e sugeriu que, de futuro, as audições do Senhor Secretário de Estado possam ter uma agenda aberta, para discutir temas relevantes sobre energia e não apenas os contemplados em requerimentos.

A Senhora Deputada Hortense Martins (PS) esclareceu que em Dezembro de 2011 o Senhor Secretário de Estado da Energia esteve na Comissão para discutir as novas tarifas de eletricidade e que este requerimento do PS tem por objetivo debater o eventual fim das tarifas reguladas.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) identificou três temas que considera necessário discutir no âmbito da energia mas defendeu que existem outras, que também caem na alçada da mesma Secretaria de Estado e que, à AR, compete fiscalizar.

Passou-se em seguida à votação separada dos requerimentos apresentados pelo PCP e pelo PS. O requerimento do PCP foi rejeitado com votos contra do PSD e CDS-PP, votos a favor do PS, PCP e BE, na ausência do PEV.

O requerimento do PS foi rejeitado com os votos contra do PSD e do CDS-PP e os votos a favor do PS, PCP e BE, na ausência do PEV.

11. Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo PS, para audição do Conselho de Administração dos CTT – Correios de Portugal, S.A., no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 35/XII/1.ª (GOV) – Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2008/6/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Fevereiro de 2008;

O Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) fez uma breve apresentação sobre Requerimento apresentado pelo PS para audição do Conselho de Administração dos CTT – Correios de Portugal, S.A.

Em seguida o Senhor Presidente informou que sobre a matéria em apreciação já foi solicitado um pedido de parecer à CNPD, sendo esta a única audição obrigatória nos termos da lei.

A Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) considerou extemporâneo nesta fase a Comissão ouvir os CTT, uma vez que só ao final do dia terminará o prazo para a entrega de propostas de alteração à PPL n.º 35/XII.

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) afirmou não partilhar da opinião do GP PSD, argumentando que é da responsabilidade do Governo esclarecer a AR, até porque se trata da transposição de uma diretiva de liberalização do setor postal e que a Administração dos CTT até esteve cá anteriormente, mas para debater matéria diversa.

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 46/XII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) alertou para a complexidade desta matéria, com grande impacto a nível nacional e, apelou aos GP para que dessem abertura para alargar o prazo de entrega de propostas de alteração à Proposta de Lei n.º 35/XII/1.ª (GOV). A Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) e depois o Senhor Presidente subscreveram essa proposta de alargamento do prazo de entrega de propostas de alteração, por considerarem esta matéria especialmente complexa e exigir eventualmente audições de outras entidades para além da CNPD.

Face à proposta do Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), o Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) sugeriu a criação de um grupo de trabalho informal para este processo legislativo, no seio do qual, poderão ser ouvidas os CTT e outras entidades consideradas necessárias. O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) subscreveu a proposta do GP PSD.

Por consenso alargado foi criado um GT informal coordenado pelo Presidente da Comissão, e constituído pelos Senhor Deputados Adriano Rafael Moreira, Helder Amaral, Fernando Jesus e um outro deputado a indicar oportunamente pelo PS, Deputado Bruno Dias (PCP) e Deputada Catarina Martins (BE). A primeira reunião realizar-se-á em princípio no dia 26 de Janeiro. O GT fará no total três a quatro reuniões para ouvir eventualmente os CTT e outras entidades que entenda convocar, até dia 8 de Fevereiro. O prazo para entrega de propostas de alteração foi alargado para uma semana após da conclusão das audições previstas e, para que, passada mais uma semana, a Comissão aprecie na especialidade a PPL 35/XII. O conteúdo do requerimento agora apresentado pelo GP do PS poderá assim voltar a ser equacionada no seio do novo Grupo de Trabalho.

12. Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo PS, para audição do Senhor Secretário de Estado da Energia e do Senhor Presidente da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, sobre as tarifas de eletricidade;

A discussão deste ponto da ordem do dia foi efetuada em conjunto com o ponto dez da agenda.

13. Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo PCP, para audição sobre as alterações nas redes de transportes públicos nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto;

A discussão deste ponto da ordem do dia foi efetuada em conjunto com o ponto sete da agenda.

14 – Outros assuntos.

O Senhor Presidente deu conta da audição de petionários realizada ontem pelo Relator da Petição n.º 31/12, Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD), via SKYPE. Saudou o Relator pelo sucesso da experiência e congratulou-se com a utilização pela primeira vez na AR deste tipo de tecnologias que permitem a redução as barreiras físicas normalmente colocadas aos cidadãos, a redução dos custos com deslocações e inegáveis benefícios ambientais.

O Senhor Presidente informou que a audição do Ministro da Economia e do Emprego sobre a Nissan e internacionalização da economia está agendada para o dia 7 de fevereiro, às 10

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 46/XII/ 1.ª SL

horas e que a audição da Senhora Secretária de Estado do Turismo (sobre o encerramento de centros novas oportunidades) está marcada para o dia 8 de fevereiro, às 10 horas;
Deu conta de que foi distribuída, para conhecimento, a declaração de voto do PCP a respeito do texto de substituição dos PJR 96/XII, 101/XII e 134/XII, aprovado na última reunião;

No final chamou a atenção para o fato de ainda não ter sido entregue, em suporte papel o requerimento anunciado pelo Deputado Luís Menezes para audição do Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional sobre a reprogramação do QREN, na anterior reunião.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) referiu-se ao seminário realizado na Assembleia da República, a propósito dos 30 anos da primeira lei de defesa do consumidor, para informar que comunicara ao Senhor Presidente a sua indisponibilidade para estar presente nessa iniciativa, e perguntar ao Senhor Presidente quem tinha sido a entidade promotora do Seminário. Manifestou alguma estranheza por o convite não ter sido generalizado com vista à participação de todos os Deputados.

O Senhor Presidente respondeu que se tratara de uma iniciativa da Direção-Geral do Consumidor e que essa entidade tinha solicitado à PAR a cedência de instalações para a realização do evento e convidado alguns Deputados para moderarem os painéis. Pelo fato de a Senhora Presidente ter despachado o processo para esta Comissão, colocou-se à consideração dos Senhores Deputados indicados, a sua eventual participação. O Senhor Presidente concordou que teria eventualmente havido falhas na divulgação do convite.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) considerou importante a Comissão proceder ao escrutínio de duas iniciativas europeia não legislativas, a COM(2011)848 e a COM(2011)870. Por consenso foram as mesmas distribuídas ao GP do PCP para emissão de ambos os pareceres. O Coordenador do GP PCP comunicará depois o nome do Deputado Relator.

O Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) referiu-se ao volume de iniciativas europeias que são escrutinadas pela Comissão e apelou à Comissão que reveresse os seus critérios de escrutínio já que eram muito diferentes dos utilizados por outras Comissões.

A reunião foi encerrada às 13:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 janeiro 2012.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)